



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações a Ministra de Estado da Cultura, acerca dos benefícios fiscais concedidos à empresa Take4 Content, de propriedade de Felipe Neto, no âmbito dos programas de incentivos culturais, bem como esclarecimentos sobre os critérios e processos de aprovação desses benefícios.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, solicito esclarecimentos ao Requer informações a Ministra de Estado da Cultura, acerca dos benefícios fiscais concedidos à empresa Take4 Content, de propriedade de Felipe Neto, no âmbito dos programas de incentivos culturais, bem como esclarecimentos sobre os critérios e processos de aprovação desses benefícios. Em especial o que segue:

1. Quais os projetos específicos apresentados pela empresa Take4 Content que justificaram a concessão de aproximadamente R\$ 14,5 milhões em benefícios fiscais?
2. Quais critérios objetivos foram aplicados na análise e aprovação dos projetos apresentados por essa empresa?
3. Existe algum relatório de impacto social, cultural ou econômico elaborado para demonstrar os resultados dos projetos financiados com esses recursos?

Apresentação: 22/11/2024 17:02:59.733 - Mesa

RIC n.4246/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 22/11/2024 17:02:59.733 - Mesa

RIC n.4246/2024

4. A empresa Take4 Content já participou de outros programas de incentivo cultural? Se sim, quais valores foram concedidos e para quais projetos?
5. Existe alguma investigação em curso ou concluída sobre o uso dos benefícios fiscais por essa empresa?
6. Quais os mecanismos de fiscalização implementados pelo Ministério para garantir o uso correto dos recursos incentivados?
7. Houve alguma recomendação ou parecer técnico externo ao Ministério que influenciou a aprovação dos projetos?
8. Qual o número total de empresas beneficiadas por incentivos culturais nos últimos cinco anos e a distribuição total dos valores concedidos?
9. Quais medidas o Ministério tem adotado para democratizar o acesso a esses incentivos e evitar a concentração de recursos em poucas empresas?
10. Existe alguma iniciativa em curso para revisar os critérios de concessão de benefícios fiscais visando maior equidade e transparência?

Por fim, requer-se o envio de cópias integrais de todos os documentos relacionados ao processo de aprovação, concessão e fiscalização dos benefícios fiscais concedidos à empresa Take4 Content.

Considerando a necessidade de esclarecimentos sobre o manejo dos recursos públicos, é mister que o Governo Federal, através dos órgãos competentes, forneça as respostas solicitadas no prazo regimental.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 22/11/2024 17:02:59.733 - Mesa

RIC n.4246/2024

JUSTIFICATIVA

Os incentivos fiscais para a promoção cultural são instrumentos relevantes para democratizar o acesso à cultura, fomentar a diversidade cultural e impulsionar o setor criativo no Brasil. Contudo, a recente divulgação de que a empresa Take4 Content, de propriedade de Felipe Neto, foi beneficiada com aproximadamente R\$ 14,5 milhões em isenções fiscais gerou questionamentos legítimos sobre a gestão desses recursos e os critérios para sua concessão. Assim, este requerimento busca garantir a transparência e a eficiência na administração de recursos públicos.

Primeiramente, é essencial compreender os critérios que fundamentaram a aprovação de projetos da empresa Take4 Content. A concessão de benefícios fiscais deve atender ao interesse público e ser orientada por princípios constitucionais, como eficiência, impessoalidade e moralidade administrativa, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Contudo, a ausência de informações detalhadas sobre os projetos aprovados levanta dúvidas sobre o alinhamento entre os valores concedidos e os objetivos do programa.

Além disso, é importante esclarecer o impacto cultural dos projetos realizados com recursos incentivados. A sociedade tem o direito de saber se os valores destinados a esses projetos efetivamente contribuíram para a democratização da cultura ou se atenderam a interesses restritos. Nesse sentido, relatórios de impacto social e cultural são fundamentais para demonstrar os resultados concretos alcançados.

Outro ponto de preocupação é a possível concentração de recursos em poucas empresas ou figuras públicas, o que pode desvirtuar o objetivo inicial dos incentivos fiscais. Dados sobre o número de beneficiários e a distribuição dos valores concedidos são cruciais para avaliar a equidade do programa e verificar se ele atende a um amplo espectro de produtores culturais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 22/11/2024 17:02:59.733 - Mesa

RIC n.4246/2024

Adicionalmente, o caso Take4 Content traz à tona a necessidade de revisões nos critérios e nos processos de fiscalização. Embora os programas de incentivo sejam legítimos, a falta de transparência no uso dos recursos pode comprometer a credibilidade das políticas culturais. É imprescindível que o Ministério da Cultura esclareça quais mecanismos foram adotados para garantir a correta aplicação dos valores concedidos.

A falta de fiscalização efetiva pode gerar riscos de desvios de finalidade ou uso inadequado dos recursos públicos. Nesse contexto, é válido questionar se houve auditorias, investigações ou análises regulares para garantir que os projetos financiados cumprissem seus objetivos. A omissão nesse processo pode comprometer a legitimidade de todo o sistema de incentivos.

Outro aspecto relevante é o impacto fiscal das renúncias de receita geradas por esses programas. Em um cenário de restrições orçamentárias, é fundamental avaliar se os valores concedidos são compatíveis com as prioridades econômicas e sociais do país. Questiona-se, ainda, se há limites ou tetos estabelecidos para evitar que poucas empresas concentrem grande parte dos benefícios.

A situação evidencia também a necessidade de ações para democratizar o acesso a incentivos fiscais, favorecendo produtores culturais de pequeno e médio porte. Muitos artistas e coletivos enfrentam dificuldades para acessar esses recursos, o que pode perpetuar desigualdades no setor cultural.

Por fim, o atendimento a este requerimento é essencial para que o Parlamento cumpra seu papel fiscalizador e para que a sociedade brasileira tenha acesso a informações detalhadas sobre a gestão de recursos públicos. A transparência e a prestação de contas são pilares fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas e para a promoção da confiança social.

O caso da Take4 Content não se limita ao debate sobre uma empresa ou figura pública específica. Ele ilustra a importância de aprimorar os mecanismos de concessão e fiscalização de incentivos culturais, assegurando que esses recursos cumpram sua função de promover a cultura e beneficiar toda a sociedade. Com a apresentação das





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

informações solicitadas, será possível avançar no debate público e na construção de políticas mais eficientes e inclusivas.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 20 de novembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 22/11/2024 17:02:59.733 - Mesa

RIC n.4246/2024

